



A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO COMO BANDEIRA DE LUTA NO SERVIÇO SOCIAL

Leonardo Koury Martins

Assistente Social, doutorando Programa de Pós Graduação em Serviço Social Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO:

Este artigo¹, pretende dialogar a partir dos posicionamentos construídos pelas entidades representativas do Serviço Social sobre a comunicação enquanto um direito humano e como assistentes sociais no cotidiano do trabalho profissional. As big techs, integram a internacionalização do domínio da informação no cenário entre notícias falsas e o deserto provocado pela desinformação.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social; Comunicação; Trabalho Profissional; Movimentos Sociais

RESUMEN

Este artículo pretende dialogar a partir de las posiciones construidas por las entidades representativas del Trabajo Social sobre la comunicación como derecho humano y como trabajadores sociales en su quehacer profesional diario. Las big tech son parte de la internacionalización del dominio de la información en el escenario entre las fake news y el desierto de la desinformación.

PALABRAS CLAVE

Trabajo Social; Comunicación; Trabajo Profesional; Movimientos Sociales

Introdução

A comunicação e as suas múltiplas dimensões entre o ato dialógico e a construção de uma rede de informação em grande escala tem sido apresentada no Serviço Social brasileiro como um debate relevante e necessário nas últimas

¹ O artigo se encontra originalmente publicado na Revista SER Social



décadas. A conjuntura desafiadora no país exige que a profissão possa identificar a partir da comunicação, inúmeras questões latentes que envolvem o trabalho de assistentes sociais nos diversos espaços sócio ocupacionais, em especial nas políticas sociais.

Para identificar essas questões e seus desdobramentos, se faz necessário estabelecer uma leitura crítica sobre este cenário. Como condição de análise o texto se orienta através do materialismo histórico dialético desenvolvido a partir da teoria social em Marx. É por essa análise que se torna possível apreender quais são as proximidades necessárias entre o projeto profissional do Serviço Social, o projeto de sociedade pretendido enquanto espiral e como a comunicação está implicada enquanto estratégia para a aproximação destes projetos que se somam ao fator ideopolítico enquanto condução de uma prática transformadora.

Contudo é fundamental afirmar que as entidades representativas da profissão sustentam como imagem pública as caracterizações de um projeto ético político a partir da fundamentação crítica, que tem como princípios os ideais emancipatórios que se encontram alinhados com lutas construídas a partir dos movimentos sociais no propósito de fortalecer a constituição de um projeto societário contra hegemônico à ordem capitalista. (PAULA, 2021)

Em especial, na última década, o bombardeio de notícias falsas e o incentivo midiático à meritocracia tem dificultado o acesso aos direitos sociais para grande parte da população. Não por acaso, questões presentes como a imunização, o direito à saúde e o negacionismo científico, como exemplo, se somam aos esforços realizados por assistentes sociais no diálogo da população atendida no cotidiano. O estudo apresentado em 2024, pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, nomeado como Dados Complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil afirmam esse cenário e aponta os desafios relacionados à participação de assistentes sociais no campo das lutas gerais da classe trabalhadora e como tem sido o impacto no atendimento da população na ausência do acesso à informação. O direito à comunicação está implicado no contexto do crescimento do neoconservadorismo e dos ataques do capital no campo da formação e do trabalho profissional no país. (CFESS, 2024)

Enquanto política e prática organizativa a comunicação em massa é um processo de disputa entre projetos e precisa ser percebido uma vez que as demandas e requisições estão na indissociabilidade da relação capital trabalho. O



que se dialoga em bares, igrejas ou na praça da cidade é parte do que se “apreende” através dos meios de comunicação de massa e se encontra à revelia de regulamentação ou controle estatal. A comunicação enquanto um direito no Brasil, sequer tem instâncias de controle social, regulação fiscal ou espaços de participação. (ESPÍNDOLA, 2009)

A luz do referencial materialista histórico dialético, este artigo se encontra dividido em quatro partes sendo a primeira sobre os desafios da regulamentação das comunicações no Brasil; em segundo sobre os interesses privados no campo da comunicação de massas e os impactos nas políticas sociais; no terceiro momento o artigo dialoga sobre o papel das entidades representativas do Serviço Social e como tratam a comunicação para além da imagem institucional e por último as reflexões sobre o trabalho profissional e as políticas sociais. Em tempos tão desafiadores, essas questões dialogadas se tornam parte do compromisso do projeto profissional crítico que o Serviço Social há tantas décadas o mantém como hegemônico no país.

O país e o seu projeto de regulamentação da comunicação pelas metades

Para apresentar como se encontra a conjuntura sobre a Comunicação no Brasil é necessário uma breve retomada temporal sobre o que foi o desenvolvimento do capitalismo no país. A oligarquia nacional a partir do interesse do Estado co-financiou as bases do capital, mesmo que de forma tardia. É a partir do Estado que não apenas a produção industrial se constituiu, mas toda sua infraestrutura como a construção de portos, rodovias, produção minerária entre outras se desenvolveram em grande escala. Esse crescimento se apresenta a partir de um pacto entre as oligarquias e a burguesia nacional tendo como principal questão:

O ponto básico a se considerar é que a indústria nacional se expandiu graças ao sistema semi-colonial de exportação, que caracterizou a economia brasileira antes dos anos trinta, e que essa indústria não sofreu limitações ou concorrência sensível em virtude das condições excepcionais que haviam criado a crise de 1929 e o conflito mundial. O compromisso político de 1937 havia tomado por base essa realidade objetiva. Nos anos cinquenta, a situação mudava. Enquanto a indústria se empenhava em manter altos tipos de câmbio, o que a leva a chocar-se com o setor agrário-exportador, cujos lucros se encontravam assim diminuídos, visto que já não podia oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionava em outros tempos. (MARINI, 2000, p.116)



Estado através das empresas públicas e do financiamento público que constituem as bases para o desenvolvimento capitalista dependente, neste cenário também construiu as bases da política de comunicação no país. A organização dos primeiros jornais, rádios e dos demais aparelhos comunicativos vindos com os avanços tecnológicos estiveram sempre alicerçados nos interesses predominantes da burguesia, com a característica de uma atividade privada, mas com amplo subsídio público.

Os meios de comunicação, como executores e partícipes da superestrutura no capitalismo têm o papel de comunicar para as massas populacionais. É também sua responsabilidade institucional garantir o acesso à informação como provisionado na Constituição Federal, onde se preconiza na programação, a preferência com “finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”, a “promoção da cultura nacional e regional” e “estímulo à produção independente que objetive sua divulgação, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei” e “respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família” (BRASIL, 1988).

O cenário da comunicação no país diverge das diretrizes constitucionais, em que “os sistemas e mercados de comunicação são capitaneados por conglomerados” e por sua vez, a partir do seu “ordenamento prático controlam os principais canais de distribuição de conteúdos midiáticos do Brasil” e na atualidade, a comunicação de massa privada soma elementos majoritários de informação e desinformação articulados não por acaso. (GÖRGEN, 2017, p. 505)

Instituída como aparato ideológico das elites, os meios de comunicação para além do controle exercido por estes conglomerados de acordo com Görgen (2017, p.508) exercem papel fundamental na formação de opinião da população brasileira, “com cunho privado-comercial”. O “Estado Democrático de Direitos” no país que se constitui enquanto regulador das concessões públicas dos meios de comunicação, mas no campo do real, tem se apresentado meramente pelo papel executor da concessão de outorgas para a lógica privada. (GÖRGEN, 2017, p.508)

A política de comunicação, por se fazer ausente, não afeta apenas a regulamentação dos meios de comunicação, mas amplia a distância do acesso da população brasileira a este direito. No país não há um conselho paritário entre governo e sociedade civil para essa política, não há uma plataforma de conferências



ou mesmo qualquer estrutura de ouvidoria que aproxime o diálogo público da população com os governos sobre o direito à comunicação.

O modelo empresarial tem entre suas caracterizações a oferta privada desse direito frente às tensões entre os movimentos sociais da área da comunicação que apontam que enquanto não houver a democratização desses meios, não haverá como garantir o acesso à informação pública. É a partir dessas tensões que a articulação entre desinformação e notícias falsas correlacionam o projeto das elites no domínio comunicativo. As tensões permeiam a seguinte afirmativa frente ao desmonte do direito à comunicação:

Assim, são imprescindíveis a atenção e a luta para que as plataformas fortaleçam as políticas de combate às fake news, especialmente em momentos em que a desinformação pode mudar, por exemplo, processos eleitorais. (CFESS, 2023, p.16)

A luta contrária ao modelo de comunicação em massa de interesse privado não por acaso é uma bandeira de luta nos movimentos sociais. Iasi (2019) apresenta como o modelo burguês de comunicação é necessário para o controle da sociedade a partir da superestrutura e por consequência possibilita a produção e reprodução do capital frente a barbárie vivenciada pela classe trabalhadora no país.

Não devemos subestimar o papel de inúmeros aparatos privados de hegemonia da ordem que realizam com sucesso essa mediação entre os valores interiorizados de uma ordem como consciência imediata e os interesses dominantes em luta por sua supremacia. Aqui se destacam as instituições religiosas, notadamente a rede de igrejas evangélicas, os meios de comunicação de massa, a persistência de formas de família e comportamentos morais, assim como o papel de uma rede de instituições com grande poder econômico e enraizamento social, como ONGs, fundações etc. (IASI, 2019, p.429)

Os movimentos denunciam a ausência de uma política pública de comunicação que, sob o domínio das elites, permeia a relação indissociável entre estrutura e superestrutura para a manutenção da ordem burguesa. No tempo presente, o projeto de comunicação empresarial não tem o menor receio de conectar desinformação e notícias falsas no propósito de deixar um vazio ocasionado por uma leitura cada vez mais imediata da vida social e a quase completa ausência de crítica que questione a manutenção da ordem posta.

Os interesses privados como alavanque para a desinformação e as notícias falsas



Nos últimos anos tem se tornado nítida a escalada das notícias falsas aliadas ao processo de desinformação no Brasil e no mundo. A tecnologia móvel e a ampliação do uso das redes sociais digitais atravessam o cotidiano da população. Por intermédio das Tecnologias de Informação e Comunicação, as TIC's, a vida tem sido configurada pela construção de novas bases para a sociabilidade capitalista.

O que antes majoritariamente estava determinado através das programações e conteúdo ofertado através das rádios, jornais, revistas e da televisão, a partir do acesso ampliado da internet e da virtualidade esse modelo de comunicação têm atingido cada vez mais pessoas de forma homogênea em todo o mundo, com programações que descaracterizam territórios e realidades locais e difundem o pensamento pragmático e imediato da notícia.

Não por acaso, na captura do pragmatismo e do imediatismo como efeitos frente a compreensão de mundo, (DURIGUETTO, PEREIRA, 2021) a desinformação e a ampliação das notícias falsas fomentam um campo escuro que determina o fortalecimento dos interesses burgueses a partir do ataque às conquistas democráticas e aos direitos da população. É neste cenário que também se amplia a perseguição aos profissionais da comunicação e o descrédito às informações geradas pela comunicação pública que sofrem pelo sucateamento, aparelhamento e tentativas de privatização.

A partir desse cenário, a atuação profissional de assistentes sociais, assim como de outras trabalhadoras e trabalhadores especialmente no âmbito das políticas sociais tem se tornado desafiador. Porém é importante apresentar a compreensão de que as causas e o desenrolar desse fenômeno não é por mero acaso, assim:

Num contexto de multiplataformas, as pessoas e organizações que alimentam a desinformação e as fake news, principalmente da extrema direita, se utilizam, muitas vezes, do chamado “conteúdo efêmero”, um conteúdo desinformativo que é divulgado em uma mídia social e, na tentativa de burlar a vedação da veiculação em determinada mídia, ele é retirado em pouco tempo, porém já se espalhou em outras redes, o que faz difundi-lo. (CFESS, 2023, p.16)

A comunicação de massa empresarial é o formato hegemônico na construção da desinformação em grande escala no Brasil e em grande parte do mundo. É importante apresentar que ao tratar do acesso à informação em grande escala, qual consegue em um processo pequeno de tempo chegar a milhões de pessoas e



territórios a partir dos meios de comunicação existentes. Essa amplitude tem sido cada dia mais valorizada pela máquina de interesses do capital.

No Brasil, este processo comunicativo não é apenas “em maioria construído pelo interesse privado, mas está vinculado à rede de famílias de formação aristocrática”. Os donos das empresas de radiodifusão não por acaso alinham os seus interesses ao movimento de expansão das Big Techs internacionais que atuam no domínio da comunicação digital, cujo propósito é o domínio privado do ato de comunicar em massa. (ESPÍNDOLA, 2009, p.23)

O entrelace entre desinformação e notícias falsas tem sido condição para também atacar o trabalho profissional e fragilizar o conhecimento científico. O descompromisso em massa trazido como efeito do pensamento imediato e do pragmatismo aliado ao quase inexistente tempo de reflexão sobre a realidade social aponta o seguinte cenário:

O brutal ataque aos trabalhadores se apoia, entretanto, na certeza da fragilidade dessa consciência e na sua não universalização como senso comum; apoia-se na convicção de que o senso comum expressa as cores evidentes do conservadorismo e, em muitos casos, de uma visão reacionária do mundo, em tudo diversa dessa projeção ideal cidadã. O senso comum se revela intolerante, preconceituoso, violento, sectário, irracional, antidemocrático, anticomunista e propenso a apoiar alternativas autoritárias. (IASI, 2019, p.428)

O modelo privado articula desinformação e notícias falsas fazem parte de um projeto de escala global no atual estágio do capitalismo. O que desvela livremente a criminalização e a morte de jovens negras e negros; a invisibilidade das pessoas em situação de rua; o genocídio dos povos originários que resistem ao imperialismo; a ampliação da fome; a criminalização dos corpos trans e o aplauso aos crimes cometidos pelo Estado através da ótica do sistema prisional no mundo. Esse modelo não pode ser horizonte para o presente e nem mesmo condutor futuro, precisa ser questionado e por sua vez, interrompido.

O posicionamento das entidades representativas do Serviço Social frente ao projeto de comunicação no país

Frente a realidade apresentada do descaso referente a política de comunicação no país e a entrega quase que absoluta da comunicação em massa



aos interesses privados, as entidades representativas do Serviço Social ao perceber a ampliação da desinformação e das notícias falsas, relatos de profissionais sobre a sobrecarga do trabalho e a precarização das condições éticas e técnicas de assistentes sociais tem levado as entidades representativas do Serviço Social a repensarem não apenas os seus planos de comunicação e a comunicação interna, mas também como os instrumentos e as práticas comunicativas estão sendo construídas no cotidiano do trabalho profissional.

É com essa leitura que entidades como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS e os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, denominado como Conjunto CFESS CRESS, tem produzido ricas contribuições que se somam aos desafios referentes a comunicação entre assistentes sociais e a relação da comunicação entre assistentes sociais e a sociedade.

A ABEPSS, no período de comemoração dos seus 75 anos, associação destinada à representação profissional no ensino e pesquisa da profissão, apresenta a partir de diversos encontros e contribuições o documento Política de Comunicação - ABEPSS. O documento tem como objetivo rememorar os caminhos das experiências comunicativas da associação e atualizar as diretrizes dessa ação frente ao ensino e pesquisa no Serviço Social. Destaca a seguinte reflexão apresentada sobre a comunicação enquanto práxis política:

O Serviço Social brasileiro é atravessado cotidianamente por desafios, que exigem radicalidade crítica e reafirmação dos valores e princípios que alicerçam a profissão. Estamos diante de mais uma grande questão, que exige de pesquisadores, estudantes, docentes e assistentes sociais em geral, a ruptura com interpretações ingênuas e sedutoras. Nossa relação com a comunicação se coloca na contramão de qualquer tipo de ilusão, mas considera e revalida que sem essa articulação nosso horizonte se encurta e nossas possibilidades se restringem. (ABEPSS, 2022, p.38)

O documento descreve as seguintes diretrizes: ampliar a divulgação dos conhecimentos produzidos a partir das pesquisas na área do Serviço Social; fortalecer os espaços de ensino a partir da difusão do conhecimento produzido; fomentar novos acessos às revistas e periódicos da área; promover um diálogo crítico sobre os desafios da comunicação na formação e no trabalho profissional; publicizar as diretrizes curriculares e a sua importância na organização da educação superior entre outras diretrizes. (ABEPSS, 2022)



Também é importante a leitura sobre a atualidade do tema da comunicação frente a construção de um projeto profissional crítico articulado com a luta geral da classe trabalhadora e como o conhecimento promovido no âmbito do Serviço Social pode contribuir com tais questões:

Consolidar uma política de comunicação é um passo fundamental para a Abepss, responde a uma necessidade imperiosa de divulgação acadêmica e científica, mas também, a uma necessidade política de contribuir com a consolidação da democracia e da luta de classes que segue vigente no país. (ABEPSS, 2022, p.50)

Seguindo, o Conjunto CFESS-CRESS também faz referência à relação entre o Serviço Social e a Comunicação. O documento intitulado como Política Nacional de Comunicação - PNC, em sua 4ª Edição, compreende que aprofundar o debate sobre a comunicação é parte inerente ao conjunto da produção e reprodução da vida social e que o legado crítico e o acúmulo no campo dos fundamentos que norteiam a profissão precisam servir não apenas ao diálogo interno, mas a relação da profissão com a sociedade.

Como ampliação de uma leitura articulada entre a luta de classes, realidade etnico-racial e gênero a 4ª PNC encontrou na representação simbólica da Sankofa, a certeza de que podemos construir no presente os caminhos para o futuro, sem perdermos de vista o que acumulamos coletivamente. Que a comunicação contra-hegemônica ao projeto das elites precisa permitir uma leitura de tempo e história para a projeção dos desafios do presente.

Em atenção a essa realidade e o aprofundamento político que o conjunto CFESS-CRESS tem apresentado a partir da 4ª edição da PNC a necessidade de estar presente nas lutas pela comunicação enquanto um Direito Humano. Estar fortalecendo o campo das lutas dos movimentos sociais e construir coletivamente as estratégias gerais da classe trabalhadora no campo da comunicação como a presença no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação no Brasil, o FNDC, é parte do fortalecimento do projeto profissional crítico. (CFESS, 2024)

O ato de comunicar e o exercício profissional para o Conjunto CFESS-CRESS precisa estar atento aos perigos da informação privada dos meios de comunicação que banalizam as violências vivenciadas pela população brasileira. O ato de comunicar está atrelado aos desafios da profissão e tem como seguinte questão para análise:



A palavra “comunicar” significa “tornar comum, fazer saber”. Entendemos que todas as pessoas têm direito a saber, a conhecer seus próprios direitos, a exercer sua cidadania, a se expressar. Por isso, a luta pelo direito à comunicação precisa ser um compromisso assumido por assistentes sociais, profissionais que lidam cotidianamente com o processo de mediação para o acesso a direitos pela população. (CFESS, 2024, p.11)

O contexto midiático de criminalização da pobreza e das pessoas pobres traz consigo prejuízos concretos na vida da população brasileira. A construção da narrativa meritocrática e a desinformação estabelecem um modelo de certos e errados que geram como consequência a desumanidade. (CFESS MANIFESTA, 2022)

O compromisso das entidades representativas passa por subsidiar trabalho e a formação da categoria profissional, neste tempo de modulação de comportamentos nas redes e ampliação da vigilância, tem exigido profundas reflexões e a construção de estratégias que incidam no cotidiano das lutas travadas para o enfrentamento das desigualdades sociais, raciais, sexuais e geracionais. (CFESS MANIFESTA, 2022)

Por essa leitura o trabalho de assistentes sociais é tão importante, porque o ato de se comunicar faz parte da prática profissional e da vida humana e é da linguagem que a profissão, em especial pelos espaços sócio ocupacionais onde atua, se faz percebida pela população como necessária para o Brasil, justamente por seu reconhecimento como classe trabalhadora (FIGUEIREDO, 2018).

Apresentar a partir do diálogo com a população as tensões do projeto de morte exercido pelo capitalismo em sua cotidianidade é necessário. Nessa perspectiva se fundamenta a preocupação das entidades representativas por estabelecer laços entre a realidade social e a atuação a partir dos diversos instrumentos comunicativos do trabalho que tem como cenário segundo Duriguetto e Pereira (2021) diversos desafios, sendo importante a construção de ações concretas com o intuito de posicionar-se frente às demandas da população.

Essas iniciativas podem tensionar o apoliticismo e o acriticismo da minimização e dos focalismos e seletivismos dos serviços, recursos e benefícios ofertados pela política nas diferentes realidades nacionais em que são desenvolvidas. Politizar a política pelo fomento e indução de desenvolvimento de mobilizações e organizações coletivas dos sujeitos que a ela recorrem nos parece um dos caminhos profícuos para tensionar e resistir às regressões das nossas competências e atribuições profissionais [...] (DURIGUETTO, PEREIRA, 2021, p.120)



A compreensão da totalidade dos princípios do Código de Ética e as competências profissionais que regulamentam o exercício profissional das/os Assistentes Sociais tem como propósito exercer práticas que se promovem a partir do fazer comunicativo. Como exemplo, a Resolução CFESS nº 273 apresenta como princípio a “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”. Como atuar nesta perspectiva sem compreender a linguagem enquanto instrumento de trabalho? Sem vincular o cotidiano ao projeto ideopolítico profissional? Sem compreender as relações postas e os antagonismos? (CFESS, 2024)

Essas perguntas apresentadas na 4ª Edição da PNC estão também como reflexões a partir da Lei Federal nº 8662/93 que apresenta o ato de comunicar no contexto de “encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população” bem como ao “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais” no sentido de “identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”. Essas práticas comunicativas são congruentes com a linguagem e o fazer profissional cotidiano. (BRASIL, 1993)

A partir da compreensão de que o Serviço Social brasileiro por intermédio da suas entidades representativas se compromete com o diálogo sobre a democratização da comunicação no país, enraizar as compreensões sobre comunicação de massa, comunicação enquanto ato e instrumento do trabalho profissional tem sido desafiador visto a realidade dos espaços sócio ocupacionais e as condições reais da atuação na relação capital trabalho.

No que se refere a conjuntura do trabalho, em especial, nas políticas públicas, o mesmo Estado que é espaço majoritário da atuação profissional é também aquele que no universo do tempo além de não ter se comprometido com a implementação de uma política pública de comunicação, deixou a revelia do mercado a sua condução política. É nessa perspectiva que cabe um entendimento crítico sobre o lugar do Estado ao identificar a partir da “regulação estatal das relações econômicas e sociais no capitalismo as políticas sociais uma determinação central”, mas a comunicação, enquanto um direito constitucional deveria ser parte dessa regulação, porém não é! (BOSCHETTI, 2017, p. 23).

Diante da contínua organização das políticas públicas vinculadas aos direitos sociais o Estado por ter a responsabilidade da regulação econômica e social por



meio da sua execução, embora muitas sejam tardiamente implementadas no Brasil não se propôs a romper com a lógica capitalista que caracteriza a sociedade atual, “e menos ainda lhe atribuir qualquer intencionalidade de socializar a riqueza por meio de políticas sociais.” O que se avançou no contexto dos direitos vinculados à seguridade social ampliada também permeia o retrocesso da Comunicação na não regulação pública e sua constituição como um direito na sociedade. (BOSCHETTI, 2017, p. 24)

É neste movimento entre a compreensão crítica do lugar do Estado e o papel do trabalho profissional de assistentes sociais precisa a partir da explicitação das tensões desmascarar qual o projeto hegemônico da comunicação empresarial e como estes interesses aceleram a consolidação do Estado mínimo a partir da desinformação e das notícias falsas. Como potencializam o individualismo, a meritocracia e o descrédito sobre as ciências assistentes sociais precisam estar em atenção, de acordo com Iasi (2019) esta conjuntura atravessa a profissão a partir de dois momentos:

Acreditamos que estamos diante de dois momentos, ambos reais e efetivos, da manifestação do senso comum. O primeiro que expressava os movimentos da luta de classes no momento da crise da autocracia burguesa e do processo de democratização, o segundo que expressa a crise desse processo e sua negação pelos limites da política de conciliação de classes. (IASI, 2019, p.428)

O formato de comunicação que a classe trabalhadora historicamente utilizou para a denúncia pública das mazelas do capital tem sido silenciado, mas não se pode parar de reivindicar direitos e articular as lutas sociais. O Serviço Social, cada vez mais se utiliza de estratégias comunicacionais (entre redes digitais e na promoção de espaços coletivos) para dialogar com as bases da profissão sobre os posicionamentos políticos e as frentes de defesa dos direitos sociais.

Ao trabalho profissional, caso venha a acompanhar o projeto profissional crítico poderá reafirmar a importância da participação popular, dos processos democráticos no fomento de uma comunicação contra hegemônica que informe e tenha como base a construção e valorização do conhecimento para além do atendimento individual, atingindo cada vez mais pessoas. A partir da leitura de Paula (2021) sobre o entrelace entre os projetos coletivos (de sociedade e profissional) e a atuação profissão cotidiana é necessário que este espiral perceba o potencial



comunicativo pulsante envolto na explicitação das tensões e por apresentar a realidade social a partir do campo do trabalho de assistentes sociais.

A atuação profissional pode favorecer a compreensão de que o trabalho cotidiano é necessariamente polarizado pela trama de relações e interesses entre as classes sociais e que no campo coletivo, o projeto societário se entrelaça entre a atuação profissional onde essas tensões tendem a fortalecer uma outra leitura de sociedade. É nessa perspectiva que a atuação profissional de assistentes sociais nas políticas sociais, como exemplo, precisa estar atenta ao que se constitui como projeto profissional e projeto societário sendo:

Os projetos societários distintos É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. (IAMAMOTO, 2021, p.26)

A práxis, como ação concreta, parte do conhecimento voltada às relações sociais, nas reflexões políticas, econômicas e morais como apresenta Iamamoto (2021) são significativas no que se refere ao trabalho do Serviço Social pelo seu valor e reconhecimento público, sustentado por uma identidade profissional que há décadas dirige o projeto ético político da profissão e que se articula a partir de compreensões de mundo dotada de um objeto real. Defender esse projeto frente a ampliação da desinformação e das notícias falsas é mais do que necessário, mas urgente. Porque os efeitos do modelo privado de comunicação também afeta a leitura política das e dos assistentes sociais.

O trabalho profissional pode politizar, em sua construção coletiva, os horizontes de quem é atendido e permear toda vivência do território onde estão atuando assistentes sociais. É a partir da organização comunitária, do trabalho de grupos e da busca ativa nos diversos serviços e equipamentos públicos que de acordo com Figueiredo (2011) a mobilização social serve como estratégia para explicitar tensões, pois “desenvolver um trabalho que considere estes elementos enquanto recurso” não apenas serão possibilidades ideais, mas no campo real, tendem a “viabilizar a informação como um direito inalienável e a democracia como um valor” (2011, p. 342).

Para defender a Democracia, cabe aos assistentes sociais desmistificar as covardes afirmações anunciadas pelas elites a partir dos seus instrumentos



comunicativos, que procuram limitar o horizonte exposto. É tarefa dessa profissão é de instituir reflexões sobre a participação política para além dos limites burocráticos. A participação política é uma conquista histórica da classe que trabalha. Esse viés comunicativo precisa estar constituído nos espaços coletivos e por sua vez se torna parte do movimento contundente disposto no processo de democratização com vistas a superação da ordem vigente.

Por sua vez, essa outra leitura, contra hegemônica à ordem capitalista, precisa de uma outra Comunicação que se aproxime das bases de uma história e trajetória construída pela classe que trabalha em detrimento das mazelas ocasionadas pela classe que explora, expropria e massacra. As elites tem nos seus aparelhos de comunicação uma leitura de mundo irreal e hipócrita que persegue negros, pobres, mulheres e condena a biodiversidade e a diversidade humana. A leitura de assistentes sociais precisa ser outra!

Considerações para um amplo debate

Para assistentes sociais a comunicação precisa ser compreendida como totalidade. O ato de se comunicar, enquanto instrumento prático político e como viabilidade estratégica que sustenta as bases do projeto profissional crítico. E por essa totalidade que permeia o trabalho profissional que Iamamoto (2021) apresenta a necessidade de sustentar a imagem deste projeto a partir da indissociabilidade dos projetos de sociedade e profissional a partir do trabalho profissional. Portanto sustenta a leitura crítica sobre o exercício profissional que:

Não tratamos com fragmentos da vida social, mas com sujeitos que condensam, em suas vidas, singulares determinações abrangentes da vida em sociedade, que se expressam tanto nos atendimentos individuais e nos grupais, quanto no trabalho com populações nas “comunidades”. (IAMAMOTO, 2021, p.37)

Segundo Iasi (2019) a realidade precisa ser encarada no cenário de que apesar dos problemas reais enfrentados no cotidiano da classe que entendemos ser nossa, não há outro caminho para tal enfrentamento que não seja a luta. A responsabilidade de “resistir no momento presente aos ataques contra a classe trabalhadora,” precisa ser constituída no movimento do “árduo caminho de retomar a compreensão de nossa formação social em busca da estratégia” que para enfrentar



a ordem capitalista e contribuir para a sua superação, precisamos de um projeto que se sustente no horizonte emancipatório. (IASI, 2019, p.436)

É para isso, que os elementos apresentados neste debate inicial precisam ser adensados e que não se esgotam, mas para ampliar o diálogo na profissão sobre a comunicação como ato, instrumento e resistência ao projeto de morte as e os assistentes sociais precisam estar em atenção sobre a realidade social.

Construir a democratização da comunicação como bandeira de luta na profissão não é possível sem um referencial que apreenda as particularidades do país que procurou na privatização irrestrita da comunicação em grande escala fazer deste direito um grande negócio. Só é possível um exercício profissional crítico quando a aproximação teórico prática se sustentar a partir de um instrumento da comunicação que fomente diálogos e tensões nos espaços da atuação profissional desvelando as contradições e os desafios concretos.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, ABEPSS. Política de Comunicação ABEPSS, Brasília DF, 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da Republica, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 de junho de 2024.

BRASIL. Lei Federal nº 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2024

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, CFESS. Dados Complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica. Brasília, 2024. Disponível: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2083>> Acesso em: 17 de junho de 2024

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, CFESS Manifesta: nossa comunicação é política. 2022. Disponível: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2022-6SemComunica-site.pdf>. Acesso: 17 de junho de 2024



CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993. Disponível: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS_SITE.pdf>. Acesso: 17 de junho de 2024

DURIGUETTO. M.L. , PEREIRA. V.S. Política de Assistência Social e o (ainda) desafio do trabalho profissional dos assistentes sociais nos processos de mobilização e organização popular. O trabalho profissional da psicologia e do serviço social na política de assistência social: questões, tensões e perspectivas / Fernando Santana de Paiva, Maria Lúcia Duriguetto (organizadores.) – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021

ESPÍNDOLA, N.R. S. Em defesa do diálogo entre a mídia rádio e o Serviço Social. In: Sales, M. A.; Ruiz, J. S. R. (Org.). Mídia, questão social e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2009, v. 1, p. 214-234.

FIGUEIREDO, K. A. O assistente social na era das comunicações. In: RUIZ, J.; SALLES, M. (org.) Mídia, questão social e serviço social. São Paulo: Cortez, 2011. p. 323-343.

FIGUEIREDO, K. A. “Comunicação pública: um direito humano em conexão com o serviço social”. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 18, n. 36, jul./dez. 2018. p. 162-177.

GÖRGEN, J. Sistema central de mídia: conglomerados de comunicação no Brasil. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (org.). Comunicação pública e política: pesquisas e práticas. Florianópolis: Editora Insular, 2017. p. 483-508.

IAMAMOTO, M. V. “Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos nas conquistas da classe trabalhadora”. In: CFESS, Diálogos do Cotidiano – Reflexões sobre o trabalho profissional – caderno 1. Brasília: 2021.

IASI, M. L. “Cinco teses sobre a formação social brasileira” (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. (Org.). Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes/CLACSO/Laboratório de Políticas Públicas, 2000. pp. 105-165. (Coleção A Outra Margem).

PAULA, L. G. P. Estratégias e táticas – reflexões no campo do Serviço Social. 2ª Edição, Curitiba: Editora CRV: 2021



1º SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO

TIC & POLÍTICAS SOCIAIS / DESAFIOS ÀS INTERVENÇÕES PROFISSIONAIS